

2. O POVO DEVE FISCALIZAR OS POLÍTICOS²

As instituições políticas são frágeis? São. Os políticos, frequentemente, se afastam de seus representados? Também é verdade. É possível melhorar a situação? A resposta também é positiva. O sistema político brasileiro ainda é frágil porque a nossa cultura política está atrelada a vícios do passado e contém elementos de alta negatividade, como o fisiologismo, o compadrismo, o mandonismo e o corporativismo. Os ideais do bem-estar coletivo, nesse contexto, se subordinam a visões individualistas e egocêntricas. E, assim, muitos políticos passam a ver na política uma escada para a expansão de seus negócios.

Se isso é verdade, é verdade também que a qualidade política pode ser aperfeiçoada. E a maneira é bem mais simples do que se supõe: por meio da maior fiscalização dos atos, ações, posturas e compromissos dos representantes do povo e dos Estados. Isso mesmo. O cidadão tem o dever insubstituível de controlar a missão pública que confere, por seu voto, a um parlamentar. O dono do mandato é o povo. Ao parlamentar é delegado o poder de representar o povo. Portanto, o povo precisa controlar a representação que passa.

Essa equação é absolutamente necessária para a melhoria da qualidade política. Se o povo não controla o mandato, o representante tende a se afastar de suas obrigações e a esquecer os seus compromissos. Forma-se uma cadeia de inoperância e descontrole, com a visível perda de eficiência da representação parlamentar. Aos cidadãos impõe-se, portanto, o acompanhamento regular dos atos de seus representantes. Devem cobrar as propostas e examinar se o comportamento do parlamentar, ao longo do mandato, confere com o perfil exibido durante o período eleitoral.

O parlamentar, por sua vez, sentir-se-á obrigado a prestar contas periódicas a seu eleitorado. Buscará os meios mais adequados para tanto, fazendo chegar a seus grupos de eleitores as ações no Congresso, usando

os meios de comunicação, próprios ou coletivos, promovendo reuniões em bairros, em cidades, com grupos e lideranças. Ao correr de duas legislaturas, certamente será possível chegar-se a um modelo de maior aproximação entre representante e representado, o que redundará em benefícios para as comunidades.

A democracia repousa sobre a vontade do povo. Seu aperfeiçoamento exige, portanto, participação ativa na vida política. Cobrar do Deputado ou do Senador os seus deveres, exigir que prestem contas de seus atos constituem providências que não podem ser postergadas. Sob pena de continuarmos a conviver com os erros e distorções que separam, cada vez mais, as instituições da sociedade. Chegou a hora do cidadão participar, de modo mais ativo, da vida política nacional.